

CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO – CGL EDITAL PARA PREGÃO nº ... /... , NA FORMA PRESENCIAL [MINUTA PADRÃO]

A **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)**, sociedade de economia mista, com sede na cidade de Porto Alegre/RS, situada na Rua Botafogo, nº 610, Bairro Menino Deus, através d(a) o [_____] designado(a) pela Instrução de Serviço nº ____/__, torna público pelo presente Edital de Licitação, regido pelas disposições das Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 13.709/2018, **pelo** Decreto Estadual nº 42.020/2002, pela Lei Estadual nº 11.389/1999, regulamentada pelo Decreto nº 42.250/2003, atualizado pelo Decreto nº 45.680/2008, e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CRM, que realizará certame licitatório na modalidade **PREGÃO, na forma presencial**, com critério de julgamento de **menor preço**, para a contratação do objeto descrito no Anexo I – Folha de Dados. A Sessão de disputa ocorrerá no dia

___ de _____ de 20___, às ___h___min

(Horário de Brasília - DF)

1 - DO OBJETO

O objeto da presente licitação está descrito no **Anexo I – Folha de Dados**, bem como no Anexo II – Termo de Referência.

2 - DA OBTENÇÃO DO EDITAL

O edital de licitação com seus elementos constitutivos, poderá ser obtido no endereço eletrônico www.crm.rs.gov.br, no "link" licitações, bem como na Sede da CRM, no endereço indicado no preâmbulo, mediante o pagamento dos custos da sua reprodução, conforme o art. 5º, inc. III, da Lei Federal nº 10.520/02, das 8h30min às 11h30min, e das 13h30min às 16h30min, até o dia útil que anteceder a data de entrega dos Envelopes.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderá participar desta licitação, qualquer pessoa jurídica cujo objeto social seja compatível com o objeto da licitação e que atenda a todas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 Não poderá participar desta licitação a licitante enquadrada nas seguintes hipóteses:
- Declarada inidônea por qualquer ente público, em qualquer esfera da Administração;
 - Inscrito no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS;
 - Inscrito no CADIN/RS, nos termos da Lei nº 10.697/1996 do art. 4º do Decreto nº 36.888/1996.
 - Com decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial;
 - Submisso a concurso de credores, em liquidação ou em dissolução;
 - Em que o proprietário, sócio ou administrador com poder de direção, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em que familiar exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 8º, do Decreto nº 48.705/2011;
 - Em que o ramo de atividade não seja pertinente ou compatível com o objeto desta licitação
 - Cooperativas de trabalho, considerando a vedação contida no art. 5º da Lei Federal nº 12.690/2012, salvo se legalmente viável.

- ix. Não estar cadastrada junto à CRM e credenciada para operar no sistema eletrônico, se a licitação ocorrer em sistema eletrônico;
- x. Reunião de empresas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- xi. A empresa da qual empregado da CRM seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
- xii. Ter contrato rescindido com Órgão ou Entidade da Administração Pública direta ou indireta, por inadimplência.
- xiii. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- xiv. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- xv. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- xvi. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- xvii. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- xviii. Cujos sócios sejam associados ao autor do Projeto Básico/Termo de Referência em outras sociedades, bem como demais hipóteses do art. 44 da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- xix. É vedada, igualmente, a participação de empregado, diretor ou conselheiro da CRM, como licitante, na condição de pessoa física ou autônoma.

3.3 Para fins do disposto no subitem 3.3 considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

3.4 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

3.5 Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta.

3.6 A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação e que obteve da **CRM** todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

3.7 Não serão consideradas pela **CRM** reclamações e/ou reivindicações posteriores de qualquer espécie, sob a alegação da falta de conhecimento da natureza do objeto, bem como das condições da localidade em que os mesmos serão executados/fornecidos.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 – No início da sessão pregão presencial, na hora aprazada, os representantes das empresas interessadas no certame deverão obrigatoriamente providenciar o seu credenciamento junto ao pregoeiro, mediante apresentação de uma CARTA DE CREDENCIAMENTO, ou de um instrumento público de mandato, outorgado pelo(s) representante(s) legal(ais) da licitante.

4.2 – Um modelo de CARTA DE CREDENCIAMENTO consta do ANEXO III deste Edital. Se for apresentado um instrumento público de mandato, este deverá referir a outorga de poderes idênticos aos constantes do modelo de CARTA DE CREDENCIAMENTO do ANEXO III.

4.3 – Para as licitantes que pretendem ofertar lances no pregão, a apresentação da CARTA DE CREDENCIAMENTO é condição preliminar para a entrega dos Envelopes nº 1 e 2.

4.4 – A não apresentação da CARTA DE CREDENCIAMENTO elide a possibilidade de oferecimento de lances verbais no curso do pregão.

4.5 – Quando do credenciamento é prerrogativa do pregoeiro requerer do(s) representante(s) ou outorgado(s), a comprovação da identidade.

4.6 – É inadmissível que uma mesma pessoa represente duas ou mais distintas licitantes.

4.7 – Para viabilizar a aplicação do tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de enquadramento (modelo do ANEXO IV) e certidão expedida pela Junta Comercial.

5 – DOS ENVELOPES

Os Envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, fechados, contendo na parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

no ENVELOPE nº 1:

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/20__

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

ENVELOPE nº 1: PROPOSTA DE PREÇO

Proponente:

CNPJ:

Fone/Fax/e-mail:.....

Data da Abertura:

no ENVELOPE nº 2:

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/20__

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO

ENVELOPE nº 2: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Proponente:

CNPJ:

Fone/Fax/e-mail:.....

Data da Abertura:

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. O Envelope nº 1 deverá conter a Proposta de Preço, apresentada preferencialmente conforme o modelo indicado no **ANEXO V**, em papel timbrado ou com o carimbo de identificação da proponente, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigida de forma clara, em Português, assinada pelo representante legal do proponente, e da qual constando:

6.1.1 – O valor unitário e total, com menção da marca e modelo [*se aplicável*], expresso em reais com 2 (duas) casas decimais, nele inclusas todas as despesas nas quais o fornecedor deverá incorrer para o adimplemento contratual, em especial com operações de carregamento, transporte e descarregamento do material, seguros, encargos sociais, fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM, seja a que título for.

[No item 6.1.1 outra descrição de apresentação do valor proposto poderá ser inserida tendo em vista a especificidade de cada objeto].

6.1.2 – Menção de que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias;

6.1.3 - Que está ciente das condições contidas neste Edital, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

6.1.4 -Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.1.5 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, se for o caso.

6.1.6 - A indicação das alíquotas de ICMS, ICMS em substituição tributária e IPI incidentes.

- 6.2. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo pregoeiro, na fase de habilitação.
- 6.3. No pregão presencial, essas declarações podem constar na Ata da sessão.
- 6.4. Nos casos de emissão de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, e ao art. 5º da Lei federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.
- 6.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta disponibilizada.
- 6.6. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades.
- 6.8. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.9. Será [não será] admitida a subcontratação conforme estabelecido no **Anexo I - FOLHA DE DADOS**.
- 6.10. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.
- 6.11. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, na elaboração da proposta, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução dos serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto da licitação.
- 6.12. É de inteira responsabilidade do licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos de qualquer natureza relativos ao objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 6.13. Todas as propostas deverão contemplar o percentual de ICMS incluso no preço, e quando de fora do RS, incluir também a diferença de alíquota interna e interestadual, tanto para empresas enquadradas na modalidade geral como optantes pelo simples nacional.
- 6.14 A licitante deverá observar, se for o caso, a Instrução Normativa RE nº 039/16, de 1º/08/2016.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1. Será considerada habilitada a licitante que apresentar a seguinte documentação, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pelo pregoeiro ou membro da comissão de licitações:

7.1.1. relativa à capacidade jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 e posteriores alterações, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Empresárias, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhados dos documentos da eleição da atual administração;
- Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

7.1.2. relativa à regularidade fiscal:

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Sociais;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS).

7.1.3. relativa à regularidade trabalhista:

- a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), que poderá ser obtida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br>), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (<http://www.csjt.jus.br>) e dos Tribunais Regionais do Trabalho na Internet, as quais manterão hiperlink de acesso ao sistema de expedição.

7.1.4. relativa à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, apresentação de plano especial (microempresas e empresas de pequeno porte), insolvência e concordatas deferidas antes da vigência da Lei federal nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,
- c) Anexo II do Decreto estadual nº 36.601/1996 – Análise Contábil da Capacidade Financeira de Licitante, preenchido com base nos documentos do item “b”;

OU, em substituição aos documentos dos itens 7.1.4.b e 7.1.4.c:

- d) Certificado de Capacidade Financeira de Licitantes, emitido pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE, disponível no site www.sisacf.sefaz.rs.gov.br.

7.1.5. relativa à qualificação técnica:

- a) Comprovação de que a licitante realizou visita técnica, se aplicável, de acordo com o disposto no Anexo I – Folha de Dados e no Anexo II – Termo de referência.
- b) Comprovação de aptidão para o desempenho das atividades definidas para o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado a quem a licitante tenha fornecido/prestado objeto similar, com o regular cumprimento das obrigações contratuais.

7.1.6. Outras comprovações:

- a) Para fins do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição federal, declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do, conforme modelo constante no Anexo VI.
- b) [*Outras comprovações, caso exigidas, serão descritas no Anexo I – Folha de Dados*].

7.2. Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

7.3. Caso a data do julgamento da habilitação não coincidir com a da abertura da sessão, ocorrendo a perda de validade dos documentos no transcurso da licitação e não for possível ao pregoeiro verificar a sua renovação por meio de consulta a sites oficiais, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

7.4.1. Se os documentos atenderem plenamente às disposições do edital, o licitante será julgado habilitado, sendo possível o início da fase recursal do certame;

7.4.2. Se os documentos para habilitação não estiverem completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado;

7.4.3. No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão requeridos os documentos para habilitação do licitante subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

7.5. Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela CONTRATANTE, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

7.6. Os documentos deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, ou para ele vertidos por Tradutor Público e Intérprete Comercial, sendo que a tradução não dispensa a apresentação dos documentos em língua estrangeira a que se refere.

Observações:

- a) As licitantes poderão apresentar as Certidões e Negativas de Débitos na forma em que obtidas através da Internet, sendo que a autenticidade das mesmas será posteriormente verificada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, por meio eletrônico ou diretamente junto aos órgãos expedidores.
- b) As certidões que não contiverem menção sobre o prazo de sua validade, somente serão aceitas se emitidas há menos de 60 (sessenta) dias corridos da data da sessão preção presencial.
- c) A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos anteriormente ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades será inabilitada, sem prejuízo de ser-lhe aplicada, no que couber, as penalidades adiante previstas e demais cominações legais.

8 – DO PROCEDIMENTO

8.1 – Uma vez concluído o credenciamento disciplinado no item 4, o pregoeiro receberá os Envelopes nº 1 e 2 devidamente fechados, que deverão respectivamente acondicionar a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação.

8.2 – Após a entrega dos Envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e reconhecido pelo pregoeiro.

8.3 – Não serão aceitas propostas abertas, enviadas via *fac-símile* ou correio eletrônico, ou, que não estejam assinadas.

8.4 – Recebidos os Envelopes, na presença dos representantes das licitantes que acudiram à sessão, o pregoeiro iniciará a abertura dos Envelopes nº 1 (Proposta de Preço).

8.5 – Uma vez iniciado o procedimento de abertura de Envelopes, não serão admitidas licitantes retardatárias ao certame.

8.6 – Depois de abertos os Envelopes de nº 1, o pregoeiro dará a conhecer as Propostas de Preço aos representantes presentes à sessão, os quais deverão apor suas rubricas.

9 – DO JULGAMENTO

9.1 – Etapa da Classificação de Preços: A Etapa de Classificação de Preços compreende:

9.1.1 – abertura dos Envelopes nº 1 de todas as licitantes;

9.1.2 – exame das propostas apresentadas, sob os aspectos de compatibilidade de objeto e suas especificações;

9.1.3 – o pregoeiro informará aos participantes da sessão quais são as licitantes que apresentaram proposta e quais os preços ofertados;

9.1.4 – as propostas serão classificadas em ordem crescente, pelo critério de MENOR PREÇO TOTAL.

9.1.5 – serão desclassificadas as propostas que não apresentarem conformidade com o objeto ou com as especificações constantes deste Edital;

9.1.6 – caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preço iguais, será realizado um sorteio público para a determinação da ordem de oferta dos lances;

9.1.7 – o pregoeiro comunicará aos presentes qual é o autor da oferta com o menor preço, e o(s) autor(es) das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, os quais serão convidados a fazer lances verbais decrescentes e sucessivos, até a proclamação do vencedor do certame;

9.1.8 – não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro poderá convidar os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para oferecerem lances verbais decrescentes e sucessivos, quaisquer que sejam os valores de locação inicialmente ofertados;

9.1.9 – objetivando a obtenção de um preço inferior ao MENOR PREÇO TOTAL preliminarmente classificado, o pregoeiro coordenará o processo de registro de lances verbais externados pelos representantes de licitantes aptas, iniciando o procedimento com o autor do maior para o de menor preço;

9.1.10 – a licitante que desistir de apresentar lance verbal estará automaticamente excluída das rodadas subsequentes do processo de oferta de novos lances, e, para fins da classificação final de propostas, será considerada pelo pregoeiro a única/última proposta registrada.

9.1.11 – quando não mais existirem novos lances verbais, o pregoeiro ordenará as ofertas, segundo o critério de MENOR PREÇO TOTAL e decidirá motivadamente a respeito da aceitabilidade da proposta da primeira classificada (preço exequível);

9.1.12 – as microempresas e empresas de pequeno porte, previamente habilitadas nos termos do item 4.7 e cujas propostas sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço, terão o direito de exercer a preferência assegurada pela Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o que segue:

9.1.12.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos depois de encerrada a fase de lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.1.12.2 - não ocorrendo a contratação da primeira proponente, serão convocadas as empresas remanescentes na mesma condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.1.13 – Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o pregoeiro deverá abrir negociação com o licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, podendo apresentar contraproposta, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital. A etapa de negociação poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.1.14 – sob as sanções previstas neste Edital, não poderá haver desistência dos lances ofertados.

9.2 – Etapa da Habilitação:

A Etapa da Habilitação compreende:

9.2.1 – a abertura, pelo pregoeiro, do Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) apresentado pela licitante cuja proposta estiver classificada em primeiro lugar, segundo os critérios deste Edital;

9.2.2 – vistas dos documentos aos representantes concorrentes interessados e verificação dos mesmos pelo pregoeiro e equipe de apoio, à luz das condições fixadas neste Edital;

9.2.3 – a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos para a habilitação à presente licitação, ou que apresentar documento em desacordo com o estabelecido neste Edital, será prontamente inabilitada;

9.2.4 – se a licitante classificada em primeiro lugar desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a condição de habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

9.2.5 – havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CRM, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não-regularização da documentação neste prazo implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.2.6 – superado satisfatoriamente o exame da documentação de habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor do certame, adjudicando-lhe o objeto da licitação;

9.2.7 – a verificação, pelo pregoeiro, se alguma das licitantes manifesta a intenção de recorrer da decisão; caso positivo, impõe-se o registro da síntese das razões na Ata;

9.2.8 – da sessão do pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as verbais ofertadas, a ordem de classificação das propostas, a decisão do pregoeiro em relação à análise da documentação de habilitação, os recursos interpostos com a síntese das razões, a ser assinada pelo Pregoeiro, pelos membros da equipe de apoio e pelos representantes das licitantes presentes ao ato;

9.2.9 – sem prejuízo dos eventuais recursos, disposto no item seguinte, o pregoeiro dará por encerrada a sessão;

9.2.10 – a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta apresentada, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, se sujeita a ficar impedida de licitar e contratar com a CRM, ao descredenciamento dos sistemas de cadastro de fornecedores do Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e às demais cominações legais.

10 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

10.1 Os esclarecimentos quanto ao Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, por e-mail (____@crm.gov.br), com cópia para (____@crm.gov.br), protocolados junto à Sede da CRM – Rua Botafogo, 610, Bairro Menino Deus, Porto Alegre – RS, ou via Correios, devendo em todos os casos serem recebidos em até 3 (três) dias úteis anteriores à sessão pública.

10.2 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro pelas maneiras apontadas no item anterior, exclusivamente.

10.2.1 Decairá do direito de impugnação ao Edital o licitante que não se manifestar em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, apontando as falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

10.2.2 O licitante que apresentar impugnação deverá encaminhar suas razões fundamentadas ao pregoeiro, que responderá e submeterá à aprovação da autoridade competente;

10.2.3 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis;

10.2.4 A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

10.2.5 Acolhida a impugnação do licitante contra o instrumento convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada na própria sessão pública, assim que permitido pelo pregoeiro, com sua consignação em ata.

10.4 Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o licitante recorrente apresentar suas razões fundamentadas, através de e-mail, no caso de pregão presencial - ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.5 A falta de manifestação nos termos previstos neste Edital importará a decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.6. Caberá ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, encaminhando à autoridade competente, devidamente informado, quando mantiver a sua decisão.

10.6.1 A autoridade competente deverá proferir a sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento do recurso;

10.6.2 O recurso será conhecido pelo pregoeiro, se for tempestivo, se estiver fundamentado conforme as razões manifestadas no final da sessão pública, se estiver de acordo com as condições deste Edital e se atender as demais condições para a sua admissibilidade;

9.6.3 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6.4 O recurso terá efeito suspensivo.

10.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o do vencimento.

10.7.1 Os prazos previstos neste Edital iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente na sede da CRM.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, sem interposição de recursos, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até cinco anos, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 42.250/2003, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no contrato e das demais cominações legais.

12.2. A não assinatura do Instrumento Contratual no prazo fixado na Cláusula seguinte deste instrumento convocatório, poderá implicar na perda do direito à adjudicação, sem prejuízo da imputação de multa correspondente ao valor mensal da proposta.

12.3. A aplicação das penalidades previstas na presente Cláusula não exime a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que sua conduta venha causar à CRM.

12.4. Na aplicação destas sanções administrativas serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5. No caso de aplicação de multa, a adjudicatária terá o prazo de dez dias para recolher a importância arbitrada, conforme a infração, contados do recebimento da notificação.

12.5.1. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, podendo a CRM efetuar as devidas compensações para quitação dos débitos.

12.6. O descumprimento contratual poderá ensejar a inscrição no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº 11.389/99, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.250/03.

13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – A apresentação de proposta é evidência de que a proponente examinou criteriosamente as condições exaradas neste Edital, estando de acordo com todas as exigências, julgando-as suficientes para a elaboração de proposta voltada ao fornecimento do objeto, em todos os seus detalhamentos, exceto quanto à(s) cláusula(s) tempestivamente impugnada(s) com decisão administrativa ainda não transitada em julgado.

13.2. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

13.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da qualidade e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão, e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

13.4. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento.

13.5. O Pregoeiro ou autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

13.6. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

13.7. Como condição para a celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter inalteradas todas as condições comprovadas para a Fase de Habilitação.

13.8. Homologado o resultado prolatado pelo pregoeiro, a licitante vencedora será notificada para comparecer à CRM no prazo de 3 (três) dias, para o procedimento de assinatura do contrato, que manterá vínculo com todas as disposições deste Edital.

13.9. Previamente à assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar à CRM documento informando:

- CNPJ e Inscrição Estadual do estabelecimento ou filial que emitirá as notas de cobrança;
- Tipo de documento de cobrança que será emitido (nota fiscal, nota fiscal fatura, conhecimento de frete, etc.);
- CFOP das notas de faturamento;
- Classificação fiscal de cada um dos produtos que serão vendidos (não incluir em caso de prestação de serviços sem venda de material);
- Tributação incidente sobre o faturamento, indicando cada um dos tributos, alíquota, base de cálculo e forma de cálculo;
- Retenções legais que deverão ser feitas pela CRM indicando cada um dos tributos, alíquota e base de cálculo;
- Comprovação legal de direito a tratamento tributário diferenciado, quando for o caso;
- Nome, cargo, telefone e e-mail da pessoa de contato para esclarecimento de dúvidas em relação assuntos fiscais, tributários e contábeis do faturamento.

13.10. A adjudicatária obriga-se a manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, devendo comunicar à CRM, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

Porto Alegre (RS), ____ de _____ de 20__

Gerente de Editais e Contratos

Edital de licitação, nº ____/20__

Página 10 de 33



ANEXO I - FOLHA DE DADOS

FORMA DE DISPUTA: PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço <i>[complementar, conforme necessário: por item, por lote, global, por hora, por unidade...]</i>
REGIME DE EXECUÇÃO (serviços/obras): <input type="checkbox"/> empreitada por preço unitário, <input type="checkbox"/> empreitada por preço global <input type="checkbox"/> tarefa <input type="checkbox"/> empreitada integral <input type="checkbox"/> contratação semi-integrada <input type="checkbox"/> contratação integrada OU FORMA DE FORNECIMENTO (aquisições): <input type="checkbox"/> global <input type="checkbox"/> lotes <input type="checkbox"/> itens <input type="checkbox"/> outro: <i>[preencher]</i>
Objeto da licitação: [_____ – item 1 do Termo de Referência – Anexo II]
Forma de disputa: <input type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Misto
<input type="checkbox"/> Não será permitida a subcontratação. <input type="checkbox"/> Será permitida a subcontratação, conforme previsão estabelecida nas Condições gerais do Contrato – Anexo VII.
Exigência de garantia contratual, conforme art. 70 da Lei 13.303/2016: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, obedecidas as disposições das Condições gerais do Contrato – Anexo VII.
Necessidade de realização de visita técnica como requisito de habilitação: <input type="checkbox"/> Sim, de acordo com disposições do Anexo II – Termo de referência <input type="checkbox"/> Não
Demais documentos necessários à habilitação: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, conforme o disposto a seguir <i>[especificar]</i> .

Lista de Anexos:

ANEXO I – Folha de Dados

ANEXO II – Termo de referência

ANEXO III – Carta de credenciamento

ANEXO IV – Declaração de enquadramento – ME - EPP

ANEXO V – Proposta de preço

ANEXO VI – Declaração de cumprimento

ANEXO VII – Condições gerais do Contrato (Minuta)

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

[O termo de referência será definido conforme as especificidades do objeto a ser contratado]

ANEXO III

(em papel timbrado)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____ (____), neste ato representada na forma estatutária, por seu(s) representante(s) legal(ais) ao final assinado(s), mediante o presente instrumento, para fins do Pregão nº _____/____, promovido pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), com abertura na data de ____/____/____,

CREDENCIA

(Nome completo do Credenciado), (qualificação, conforme o caso), inscrito no CPF/MF sob o nº _____, e no RG sob o nº _____, conferindo-lhe plenos poderes para que em seu nome possa formular propostas verbais (lances), manifestar intenção de interpor recurso, assinar documentos, enfim, praticar todos os atos inerentes ao referido Pregão, para fiel cumprimento deste mandato.

(Localidade), ____ de _____ de _____

(assinatura do outorgante)

Nome:

Posição/cargo na empresa:

Nota: este documento NÃO deverá ser incluído nos Envelopes de Proposta ou de Documentos de Habilitação. Deverá ser apresentado ao Pregoeiro quando solicitado.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (em papel timbrado)

(Nome _____ da _____ Empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, no Município de _____ (____), neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu(s) representante(s) legal(ais) ao final assinado(s), mediante o presente instrumento, para fins do Pregão nº _____/____, promovido pela COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), com abertura na data de ____/____/____, DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra na categoria de _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que permanece preenchendo os requisitos para este enquadramento até a presente data.

(Localidade), ____ de _____ de _____

(assinatura do outorgante)

Nome:

Posição/cargo na empresa:

Nota: este documento **NÃO** deverá ser incluído nos Envelopes de Proposta ou de Documentos de Habilitação. Deverá ser apresentado ao Pregoeiro na ocasião do credenciamento.

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO, EM PAPEL TIMBRADO

À
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Porto Alegre (RS)

Referência: Pregão, na forma presencial, nº ____/20__

Assunto: APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a Vossas Senhorias a nossa proposta para [_____objeto licitado_____], a ser entregue na [_____endereço de entrega ou execução do objeto_____], Município de _____ - RS, nos termos do Edital do Pregão nº ____/20__ e seus Anexos.

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
PREÇO TOTAL DO FORNECIMENTO - CIF MINA DE CANDIOTA		R\$

As alíquotas de ICMS, ICMS em substituição tributária e IPI incidentes são:

No preço ofertado estão incluídas todas as despesas nas quais devemos incorrer para o adimplemento contratual, em especial com operações de carregamento, transporte e descarregamento do material, seguros, encargos sociais, fiscais, comerciais, previdenciários, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM, seja a que título for.

Cumpre-nos informar ainda que examinamos o Edital e seus Anexos com minudência, inteirando-nos das disposições contidas no mesmo, para a elaboração da presente proposta, não havendo o que se falar em desconhecimento de qualquer circunstância relacionada à prestação dos serviços ou

fornecimento do objeto.

Outrossim, declaramos que:

- a) o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data de apresentação;
- b) o Edital reuniu todas as informações necessárias, bem como, nos foram prestados os esclarecimentos pertinentes, permitindo-nos elaborar a presente proposta, de forma completa e total, cumprindo integralmente os requisitos de habilitação;
- c) todas as despesas com a preparação da presente proposta correrão unicamente por nossa conta;
- d) reconhecemos o direito da CRM de aceitar ou rejeitar todas as propostas, sem que assista qualquer direito indenizatório;
- e) estamos de pleno acordo com as condições de cobrança e pagamento estipuladas no Edital.
- f) assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços prescritos para esta licitação e nos sujeitamos às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;
- g) reconhecemos que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a nossa participação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- h) cumprimos os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, se for o caso.

Razão Social da proponente:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Fax:

E-mail:

(localidade e data)

Representante Legal

Cargo

Razão Social

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

....., inscrita no CNPJ sob o nº
....., com sede na Rua/Av., nº,
Bairro, no Município de (.....), DECLARA que não emprega
menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis
anos em qualquer trabalho, em cumprimento aos termos do inciso XXXIII do art. 7º da
Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(localidade e data)

Representante Legal
Cargo
Razão Social

ANEXO VII - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

CONTRATO CRM-POA n° ____/20__

CONTRATO DE QUE ENTRE SI
CELEBRAM **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
MINERAÇÃO (CRM)** E

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), sociedade de economia mista estadual, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, com sede e foro nesta Capital, na Rua Botafogo 610, neste ato representada por seus Diretores, que ao final assinam na forma estatutária, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av., Bairro, no Município de(.....), neste ato representada em consonância com o disposto em seu Contrato Social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, na melhor forma de direito, têm entre si justo e pactuado o presente contrato, de acordo com as disposições da Lei nº 13.303/16 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CRM, vinculado ao Edital do Pregão, na forma presencial, n° ____/20__ e à proposta da Contratada, que se regerá pelas cláusulas e disposições a seguir expressas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

- 1.1 - O presente instrumento tem por objeto a contratação _____, conforme disposto na folha de Dados - Anexo I - do Edital do Pregão, na forma presencial, n° ____/20__.
- 1.2 - As características técnicas do objeto são conforme disposição a seguir: [*Verificar o Anexo II - Termo de referência*],

Cláusula Segunda - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

A contratação tem por regime de execução (ou forma de fornecimento) _____ conforme disposto na folha de Dados - Anexo I - do Edital do Pregão, na forma presencial n° ____/20__.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

- 3.1 - Para o completo atendimento ao objeto desta contratação, de acordo com as disposições do Termo de Referência (ANEXO II do Edital), a Contratante pagará à Contratada o preço total de R\$ _____ (_____).
- 3.2 - O preço fixado é aceito pelas partes, entendido como justo e suficiente para o adimplemento contratual, apto a fazer frente a todos os custos a incorrer pela Contratada, em especial com salários, honorários, transporte, frete, equipamentos, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e outros relativas à prestação dos serviços, enfim, não restando nenhuma importância adicional devida pela CRM, seja a que título for.

Cláusula Quarta - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em ____ [*Conforme disposto no Termo de referência - Anexo II*] a partir do aceite da Nota Fiscal/Fatura pelo(a) Gestor(a) do Contrato, desde que a referida documentação não contenha qualquer ressalva ou rasura quanto ao valor a ser pago, mediante depósito ou transferência eletrônica para a conta corrente da Contratada, situação em que a operação resultará, automaticamente, na quitação do valor cobrado, não constituindo em mora qualquer atraso decorrente

do sistema empregado pelo estabelecimento bancário.

Cláusula Quinta - DO FATURAMENTO

5.1 - A Nota Fiscal/Fatura será encaminhada ao gestor do Contrato e deverá constar a razão social da CRM, o CNPJ nº 92.724.145/____-__, a Inscrição Estadual nº _____, a data de emissão, a quantificação e a identificação do produto/serviço fornecido, os preços unitários e total, e o número deste Contrato.

5.2 - À Contratada é vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto de duplicata(s) emitida(s) através da rede bancária ou com terceiros.

5.3 - Em caso de apresentação de cobrança bancária, o prazo de pagamento será contado a partir da data em que a Contratada protocolar na Tesouraria da CRM, pedido de baixa anteriormente protocolado no estabelecimento bancário.

5.4 - O frete será na modalidade CIF.

5.5 - O produto destina-se ao consumo final, não cabendo a substituição tributária.

Cláusula Sexta - DO REAJUSTE DO PREÇO

6.1 - O preço contratual poderá ser reajustado com periodicidade anual, contada da data limite para a apresentação da proposta no certame licitatório ou do último reajustamento.

6.2 - O reajuste de preços se dará de acordo com a variação do _____ [Índice definido no Termo de referência - Anexo II].

6.3 - Quando do momento próprio, cabe à Contratada apresentar os cálculos, comprovar a variação e solicitar o reajuste de preços, mediante ofício circunstanciado encaminhado ao Gestor do Contrato.

[Se a contratação envolver mão-de-obra, as cláusulas de reajuste obedecerão ao disposto a seguir].

6.1 - Excetuando-se os casos de reequilíbrio financeiro previstos no item 6.7 desta cláusula, o preço contratado poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta, do orçamento ou do último reajuste, tomando como base a última Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada.

6.2. O Montante A será repactuado:

I- quanto à remuneração, encargos sociais e demais custos relativos à norma coletiva, na forma da legislação salarial e da norma coletiva da categoria, quando couber;

II - quanto ao valor do vale-transporte, de acordo com os índices de majoração da tarifa de transporte público no(s) município(s) de prestação do serviço contratado, na proporção do efetivo empregado.

6.3. O Montante B será reajustado em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor - SNIPC), de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P_0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R= Reajuste

P0= preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n= número do índice IPCA referente ao mês do reajuste;

IPCA₀= número do índice IPCA referente ao mês da data da proposta, do último reajuste.

6.4. O Montante C será atualizado toda vez que houver repactuação no Montante A ou reajuste do Montante B, mantendo-se os mesmos percentuais constantes da proposta que deu origem ao contrato, exceto se alterados por lei.

6.5. Para fins de adequação aos novos preços praticados no mercado, em relação ao Montante A, desde que solicitado pelo Contratado e observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado na forma apresentada no item 6.8, o valor consignado no contrato será repactuado, competindo ao

Contratado justificar e comprovar a variação dos custos e o repasse dos valores aos empregados, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CRM.

6.6. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

6.7. Sem prejuízo do disposto no item 6.1 desta cláusula, o interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação (reequilíbrio financeiro) será contado:

I - para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

II - para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte: do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.

6.8. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

6.9. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.10. O prazo para o Contratado solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação ou aditivo contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.11. Caso o Contratado não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.12. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

I - da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

II - do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os valores discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao vale transporte.

6.13. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CRM ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

6.15. A CRM não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

6.16. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.17 - Quando do momento próprio, cabe à contratada solicitar a repactuação/reajuste de preços, mediante ofício circunstanciado, encaminhado ao Gestor do Contrato da CRM, com a prova da variação indicada.

Cláusula Sétima - DOS ENCARGOS MORATÓRIOS

Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor -SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

Cláusula Oitava - DA MOBILIZAÇÃO [*Se obra ou serviço*] - PRAZO DE ENTREGA [*Se produto ou bens*].

O prazo de *mobilização* da Contratada é de, no máximo, __ (____) dias *úteis* contados da data de assinatura do contrato [De acordo com o disposto no Termo de Referência - ANEXO II].

O prazo de *entrega* do(s) *produto(s)* será de, no máximo, __ (____) dias *úteis* contados da data de assinatura do contrato [De acordo com o disposto no Termo de Referência - ANEXO II].

Cláusula Nona - DA GARANTIA

9.1 - A Contratada presta e se obriga a manter, durante toda a vigência do contrato, garantia por uma das modalidades previstas no artigo 70, §1º, da Lei 13.303/16, no valor de R\$ _____(_____), correspondente a __% (____por cento) do Contrato devendo apresentar o respectivo comprovante em até ____ (____) dias contados da assinatura deste instrumento, prorrogável por uma vez a critério da Contratante, sob pena de rescisão contratual e sanções administrativas cabíveis.

9.1.1 - No caso de caução em dinheiro:

- a) A Contratante utilizará, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o valor da garantia para cobrir os prejuízos eventualmente apurados, decorrentes do descumprimento de qualquer obrigação contratual ou falha dos serviços contratados;
- b) Utilizada a garantia, a Contratada fica obrigada a reintegrará-la no prazo de cinco dias úteis contados da data que for notificada formalmente pela CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- c) O valor atualizado da garantia será devolvido à Contratada após trinta dias do término do contrato ou da sua rescisão, desde que adimplidas todas as obrigações contratuais e que a CONTRATADA não possua dívida com a CONTRATANTE.

9.1.2 - No caso de seguro garantia:

- a) A CRM deverá ser indicada como beneficiária do seguro garantia;
- b) A Contratada obriga-se a apresentar a nova apólice em até cinco (5) dias úteis após o vencimento da anterior e a comprovar o pagamento do prêmio respectivo em até dois dias úteis após o seu vencimento;
- c) O descumprimento das obrigações previstas nas alíneas “a” e “b” constitui motivo para rescisão contratual;
- d) O prazo de cobertura da apólice deverá abranger o período do contrato, acrescido de 30 (trinta) dias;
- e) A cobertura para a execução do contrato, bem como de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais e ainda possíveis penalidades, tais como multas de caráter punitivo.

9.1.3 - No caso de fiança bancária, deverá constar no instrumento de fiança bancária:

- a) Prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de trinta dias;
- b) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento, à CONTRATANTE, dos prejuízos por esta sofridos em razão do descumprimento das obrigações da CONTRATADA, independentemente de interpelação judicial;
- c) Expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- d) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

9.2 - A perda da garantia em favor da Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

9.3 - A garantia terá seu valor atualizado sempre que houver alteração do valor legal do contrato, devendo ser complementada em, no máximo, 30 (trinta) dias da formalização da alteração do valor.

9.4 - A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a o recebimento definitivo do objeto, devendo ser atualizada monetariamente, no índice estabelecido neste contrato, para o caso da garantia ser apresentada em caução em dinheiro.

9.5 - Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá à CONTRATANTE, no caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

9.6 - A CONTRATANTE poderá executar a garantia, caso necessário reparar qualquer dano eventualmente causado pela CONTRATADA, ou quando esta deixar de cumprir as obrigações sociais, trabalhistas, ou inadimplemento das condições contratuais.

*[Caso o objeto contratual contemple **serviços continuados ou não** que envolvam fornecimento de **mão-de-obra**, os termos da garantia serão de acordo com as cláusulas dispostas a seguir (Decreto Estadual nº 52.215/2014).]*

9.1. A exigência de garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/16, com validade durante a execução do contrato e três meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observará ainda os seguintes requisitos:

I – a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que o valor da garantia deverá corresponder a% (.... por cento – ver Anexo II - Termo de Referência) do valor total do contrato, ou seja, R\$ (_____).

II – a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou de dolo durante a execução do contrato (responsabilidade civil);

b.1) este item deverá estar contemplado, seja na mesma apólice ou em outra complementar;

b.2) complementarmente à apólice de seguro fiança ou à fiança bancária que não contemplar a responsabilidade civil (alvo da alínea b), deverá ser efetuada caução correspondente a: 3% do valor do contrato quando o valor do contrato for de até 500 mil reais, 2% do valor do contrato quando o valor do contrato for de 500 mil reais até 1 milhão de reais, 1% do valor do contrato quando o valor do contrato for acima de 1 milhão de reais, devendo esses valores serem reajustados a cada doze meses pelo IPCA e poderão sofrer alteração a critério da Diretoria, desde que justificados.

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

III – a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do inciso II deste item;

IV – a garantia em dinheiro deverá ser efetuada no BANRISUL em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

V – a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

VI – o atraso na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.2. O número do contrato deverá constar dos instrumentos de garantia a serem apresentados pelo garantidor.

- 9.3. A perda da garantia em favor da Administração, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 9.4. É vedada a inclusão de qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias.
- 9.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CRM, em conta específica no Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, com atualização monetária.
- 9.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.7. A CRM fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.
- 9.8. A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa do contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 9.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificado.
- 9.10. A garantia deverá ser integralizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.
- 9.11. A CRM não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 9.11.1. caso fortuito ou força maior;
 - 9.11.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou fiador, das obrigações contratuais;
 - 9.11.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
 - 9.11.4. atos ilícitos dolosos praticados por empregados da Administração.
- 9.12. Caberá à própria Administração apurar a isenção de responsabilidade prevista nos itens 9.11.3 e 9.11.4.
- 9.13. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo contratante ao contratado e/ou à entidade garantidora, no prazo de até 3 (três) meses após o término de vigência do contrato.
- 9.14. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta Cláusula.
- 9.15. A garantia somente será liberada após a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.
- 9.15.1. Caso o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas.
- 9.16. Será considerada extinta a garantia:
- 9.16.1. com a devolução da apólice, título da dívida pública, carta de fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.
 - 9.16.2. no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, exceto quando ocorrer comunicação de sinistros, por parte da Administração, devendo o prazo ser adimplido de acordo com os termos da comunicação.
- 9.17. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à CRM ou a terceiros, na forma do art. 76, da Lei Federal nº 13.303/16.

Cláusula Décima - DA GARANTIA DO OBJETO

- 10.1 - A CONTRATADA garante que o objeto realizado/entregue é isento de defeitos de concepção, de mão-de-obra e/ou dos componentes e insumos empregados.

10.1.1 - O prazo de garantia do objeto deste Contrato está estabelecido no **Anexo II – Termo de referência**, contado a partir de ato inequívoco da CONTRATANTE acerca do recebimento do objeto.

10.1.2 - A CONTRATANTE deverá comunicar a ocorrência de qualquer defeito, após a sua constatação, obrigando-se a CONTRATADA a reparar, às suas expensas, os serviços defeituosos, no prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional a esta.

10.1.3 - O período de garantia fica renovado em relação à parcela substituída/corrigida, decorrente do acionamento da garantia.

Cláusula Décima Primeira - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

11.1 Dos Direitos:

Constituem direitos da CRM receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Das Obrigações:

11.2.1 Constituem obrigações da CRM, além das elencadas no termo de referência - ANEXO II - do Edital em virtude do objeto:

- efetuar o pagamento ajustado; e
- dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- Realizar as medições dos serviços executados e/ou inspeção dos materiais/equipamentos;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, conforme necessidade para a execução do objeto;
- Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis;
- Formalizar, através de termo aditivo, qualquer alteração em cláusulas contratuais, as quais somente passarão a ter eficácia após publicação da súmula no Diário Oficial do Estado.

11.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA, além das elencadas no termo de referência - ANEXO II - do Edital em virtude do objeto:

- prestar os serviços na forma ajustada;
- assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRATADA e seus empregados;
- manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

*[Caso o objeto contratual contemple **serviços continuados ou não** que envolvam fornecimento de **mão-de-obra**, acrescente-se ao contrato obrigações complementares para a cobrança de acordo com as cláusulas dispostas a seguir (Decreto Estadual nº 52.215/2014).]*

11.1. Por força do Decreto Estadual nº 52.215/2014 é condição indispensável para o pagamento das Notas Fiscais/Faturas de cobrança que, durante a vigência do contrato, a CONTRATADA apresente à Gestora do Contrato os seguintes documentos e comprovações, a serem apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente:

11.1.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT:

I – no primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) relação dos(as) empregados(as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade – RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, dos(as) empregados(as) admitidos(as) e dos(as) responsáveis técnicos(as) pela execução dos serviços, devidamente assinada pela contratada;
- c) contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);
- d) exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) da contratada que prestarão os serviços;
- e) cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, da contratada; e
- f) endereço eletrônico da contratada para recebimento de correspondência oficial.

II – mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal ou da Fatura dos serviços executados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e
- e) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;

III – mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

- a) guia de recolhimento da Previdência Social – GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, da contratada e Informações à Previdência Social, GFIP – SEFIP/GRF onde conste a Relação de Trabalhadores(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação dos serviços;
- b) guias de recolhimento de FGTS dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato, relativas ao mês da prestação dos serviços;
- c) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- d) cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
- e) recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço; e
- f) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto), relativos ao mês da prestação dos serviços.

IV – a qualquer tempo, quando solicitado pela Administração contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado(a), a critério da Administração contratante; e
- b) comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

V – quando ocorrer o evento ou anualmente, o que suceder primeiro:

- a) avisos e recibos de férias;
- b) recibos de 13º salário;
- c) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- d) sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e) ficha de registro de empregado(a);
- f) aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- g) autorização para descontos salariais;
- h) prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso; e
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

VI – quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que tratam as alíneas do inciso V deste subitem:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) empregados(as) prestadores(as) de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e
- d) exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as).

11.1.2. No caso de cooperativas:

I – recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do(a) cooperado(a);

II – recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

III – comprovante de distribuição de sobras e produção;

IV – comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social – FATES;

V – comprovante da aplicação em Fundo de Reserva; e

VI – eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

11.1.3. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, e as Organizações da Sociedade Civil, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

11.2. Sempre que houver substituição ou admissão de novos(as) empregados(as) pela contratada, os documentos elencados nas alíneas do inciso I do subitem 10.1.1 deverão ser apresentados.

11.3. Para fins de registro, guarda e arquivamento em Sistema Padrão Informatizado de Gestão de Contratos Públicos, a documentação referida nesta Cláusula também deverá ser apresentada pela contratada em meio eletrônico, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado(a) e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, 1,5 MB.

11.4. O Gestor do Contrato atestará a execução dos serviços contratados, receberá, analisará e emitirá declaração de conformidade dos documentos para ser anexada no processo de liquidação da fatura.

Cláusula Décima Segunda - DAS PENALIDADES

12.1. - A inexecução total ou parcial de qualquer cláusula ou condição estipulada neste instrumento autoriza a Contratante a imputar à Contratada, assegurada a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, as penalidades previstas nos arts. 83 e 84 da Lei nº 13.303/16, além das específicas a seguir estabelecidas:

12.1.1 - **Advertência:** pela execução insatisfatória ou pequenas falhas no desenvolvimento dos serviços.

12.1.2 - **Multas:** [com percentuais definidos no Termo de referência - ANEXO II - em virtude das especificidades do objeto a ser contratado.]

12.1.3 - **Suspensão temporária** do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da rescisão do contrato bem como da adoção das demais medidas legais e judiciais cabíveis, conforme previsão contida na Lei Estadual nº 11.389/1999, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.250/2003.

12.2. - A(s) multa(s) aplicada(s) à Contratada e os prejuízos por ela causados à Contratante serão deduzidos da garantia apresentada ou de qualquer crédito devido a ela, ou cobrados diretamente ou judicialmente.

12.3. - A(s) penalidade(s) de multa(s) poderão ser aplicada(s) cumulativamente com as demais sanções e não isentarão a Contratada da obrigação de indenizar eventuais perdas, danos ou prejuízos que venha a causar à CRM.

12.4. As sanções previstas nesta Cláusula não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CRM ou cobrada judicialmente.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO

13.1 O contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, na hipótese de conveniência concreta para a CONTRATANTE, ou por ato unilateral da CONTRATANTE, nas hipóteses abaixo:

- 13.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 13.1.2 Atraso injustificado no início ou na execução da obra, serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação, comprometendo os prazos estipulados;
- 13.1.3 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, não admitidas no edital e no contrato ou não autorizadas pela CONTRATANTE;
- 13.1.4 Qualquer alteração societária, modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, não comunicadas ou que comprometam a execução do contrato;
- 13.1.5 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 13.1.6 Descumprimento dos procedimentos de segurança;
- 13.1.7 Cometimento reiterado de faltas na sua execução, devidamente registradas, inclusive referentes ao não atendimento de exigências documentais, sejam próprias, de terceiros ou da mão-de-obra alocada para a realização do objeto;
- 13.1.8 Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 13.1.9 Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.1.10 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade administrativa;
- 13.1.11 Descumprimento dos preceitos constitucionais acerca do trabalho de menores;
- 13.1.12 Descumprimento de preceitos éticos ou desatendimento de legislação ou políticas de combate à corrupção e outras práticas ilícitas;

13.2 Nas hipóteses de rescisão unilateral – item 13.1 - a CONTRATANTE informará a data do efetivo encerramento dos serviços, se for o caso, e concederá o prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e outros 10 (dez) dias úteis para recurso.

13.3 A eventual tolerância da CONTRATANTE, para com a CONTRATADA, na hipótese de descumprimento por parte desta, de qualquer cláusula ou dispositivo contratual, não importará em novação, desistência ou alteração contratual, nem impedirá a CONTRATANTE, de exercer, a qualquer tempo, contra a CONTRATADA, os direitos ou prerrogativas que, através do presente instrumento, ou por dispositivo legal, lhe são assegurados.

13.4 A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas pertinentes, acarreta as seguintes consequências, se for o caso:

- 13.4.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

- 13.4.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, mediante posterior indenização, se for o caso;
- 13.4.3 Execução da garantia de fiel cumprimento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações devidos;
- 13.4.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.
- 13.5 Quando da extinção ou da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 13.6 Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE deverá reter, primeiro, a garantia prestada e, depois, os valores das faturas ainda não pagas, podendo utilizá-los para pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos no prazo legal, conforme artigo 11, do Decreto Estadual n.º 52.214, de 30 de dezembro de 2014.
- 13.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 13.7.1 Levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.7.3 Valores de indenizações e multas pagas e a pagar.
- 13.8 A CONTRATADA somente poderá requerer a rescisão unilateral do contrato, na incidência das seguintes hipóteses, de responsabilidade da CONTRATANTE:
- 13.8.1 Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos, em relação à data do vencimento;
- 13.8.2 Suspensão da execução do contrato ou dilação do prazo de entrega por mais de 120 (cento e vinte) dias, por ordem unilateral da CONTRATANTE;
- 13.8.3 Não atendimento de pressupostos contratuais de responsabilidade da CONTRATANTE, de modo a inviabilizar a execução do objeto;
- 13.9 Nas hipóteses de rescisão unilateral do item 13.8 a CONTRATADA informará previamente a CONTRATANTE da data em que pretende encerrar a execução contratual, nunca inferior a 30 (trinta) dias do recebimento da notificação, e concederá o prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação da CONTRATANTE e outros 10 (dez) dias úteis para reconsideração, se for o caso.

Cláusula Décima Quarta- DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

[Conforme Folha de dados - ANEXO I - a subcontratação pode ser permitida. Abaixo, cláusulas abrangendo as duas possibilidades, a depender de cada processo licitatório.]

[SUBCONTRATAÇÃO VEDADA]

14.1. É expressamente vedada a cessão do contrato, no todo ou em parte, seja a que título for, bem como a subcontratação de terceiros para sua execução, salvo se autorizada por escrito pela CRM.

[SUBCONTRATAÇÃO PERMITIDA]

14.1 A CONTRATADA poderá subcontratar, desde que devidamente autorizados pela CONTRATANTE, vedada a subcontratação integral do objeto deste Contrato.

14.2 A intenção de subcontratar determinada parte do objeto do Contrato deverá ser comunicada formalmente pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

14.3 A subcontratada somente poderá iniciar a execução dos serviços com anuência expressa da CONTRATANTE à CONTRATADA, a qual deverá comprovar também o atendimento integral às normas de segurança pertinentes.

14.4 Quando permitida a subcontratação, o contratado deve apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

14.5 A substituição de qualquer subcontratada ou qualquer alteração nos serviços objeto da subcontratação dependerão de requerimento formal da CONTRATADA, com as justificativas pertinentes, o qual será submetido à CONTRATANTE para autorização.

14.6 É vedada a subcontratação por empresa subcontratada para a realização dos serviços, objeto deste contrato.

14.7 A subcontratação de parte dos serviços não exonera a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, sendo a única responsável, perante a CONTRATANTE, quanto ao fiel cumprimento de todos os dispositivos pactuados.

Cláusula Décima Quinta - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016, restando nulo qualquer acordo ou alteração que não seja celebrado através de termo aditivo específico, que deve ser publicado no Diário Oficial do Estado.

15.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Cláusula Décima Sexta - DOS DOCUMENTOS VINCULADOS

Para todos os efeitos legais, mantêm vínculo com este termo de contrato o Edital do Pregão, na forma presencial, nº ____/20__, seus anexos e a proposta da Contratada.

Cláusula Décima Sétima - DA MEDIÇÃO E DO FATURAMENTO [Cláusula disposta a depender do objeto]

17.1 - A medição dos serviços prestados pela Contratada, para a finalidade de dimensionar o pagamento a ser suportado pela Contratante, será mensal, e deverá ocorrer no dia 21 (vinte e um) de cada mês (ou, se não for dia útil, no primeiro dia útil subsequente), levando em consideração os serviços prestados no período compreendido entre os dias 21 (vinte e um) do mês anterior e 20 (vinte) do mês de realização da medição.

17.2 - A Contratada se obriga a entregar à CRM a Nota Fiscal/Fatura de cobrança até o final do expediente comercial do último dia útil do mês em que se realizar a medição dos serviços prestados.

17.3 - Da nota fiscal/fatura, a par da qualificação completa da CRM, deverá constar o endereço: _____, o CNPJ nº _____, a Inscrição Estadual nº _____, a data de emissão, a discriminação dos serviços prestados durante o período, os valores, o destaque das retenções e o número do contrato.

17.4 - À Contratada é vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto de duplicata(s) emitida(s) através da rede bancária ou com terceiros.

17.5 - Em caso de apresentação de cobrança bancária, o prazo de pagamento será contado a partir da data em que a Contratada protocolar na Tesouraria da CRM pedido de baixa anteriormente protocolado no estabelecimento bancário.

Cláusula Décima Oitava - DAS RETENÇÕES

18.1 - Nas Notas Fiscais deverão ser destacados todos os impostos incidentes de acordo com o tipo de serviço:

- IRRF;
- IRPJ;
- ISSQN, de acordo com a legislação municipal e/ou distrital;

- PIS/PASEP;
- COFINS;
- CSLL;
- Contribuição previdenciária, conforme percentual previsto na legislação própria.

18.2 - O valor total da nota fiscal deve ser o mesmo valor do serviço.

18.3 - Se a empresa for optante do SIMPLES deverá apresentar, juntamente com cada nota fiscal, declaração de que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), conforme Anexo I, da Instrução Normativa SRF nº 459, de 18/10/2004, publicada no DOU de 29/10/2004, e posteriores alterações. A não apresentação desta declaração sujeita o prestador de serviço às retenções na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e da Contribuição para o PIS/PASEP a que se refere o art. 30 da Lei nº 10.833, de 29/12/2003 e IRRF conforme IN SRF nº 23/1986.

18.4 - A empresa que possuir isenção, imunidade, diferimento, redução de base de cálculo de algum tipo de imposto, deverá destacar no corpo da nota fiscal a fundamentação legal.

18.5 - As notas fiscais que não estiverem preenchidas de acordo com as regras acima serão devolvidas ao fornecedor para a emissão de nova nota fiscal, contando-se o prazo de pagamento a partir da data do protocolo de recebimento da nova documentação preenchida de forma correta, sem erros e rasuras.

18.6. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexada ao documento de cobrança, em duas vias assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

Cláusula Décima Nona - DA INTEGRIDADE [conforme o valor manter esta cláusula - ver legislação]

19.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção e corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção"), a Lei Estadual nº 15.228/2018 e Decreto Estadual n. 55.631/2020, que tratam da Responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratado.

19.2. Ambas as partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste instrumento contratual e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (i) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (ii) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento da legislação anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratadas.

19.3. A parte contratada se compromete a apresentar, em até 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do presente instrumento, nos termos do art. 37 da Lei Estadual Nº 15.228/18, seu Programa de Integridade à CAGE/RS, que emitirá certificado de conformidade, após respectiva análise.

19.4 A CAGE/RS poderá rever a própria análise a qualquer tempo.

19.5. A Contratada poderá realizar diligências para aferir a eficácia do Programa de Integridade da contratada ou exigir da contratada que ela seja demonstrada.

19.6. A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula está sujeita às sanções da lei, principalmente as previstas nos arts. 40 e 41 da Lei Estadual n. 15.228/2018.

Cláusula Vigésima - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 20.1. O prazo de vigência da contratação será de ____ (____) meses, contado da data de assinatura do termo de contrato, prorrogável por sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.
- 20.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Cláusula Vigésima Primeira - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do contrato serão suportadas pela receita operacional da CRM, e lançadas à Conta de Orçamento de Caixa (COC) _____. (_____).

Cláusula Vigésima Segunda - DA FISCALIZAÇÃO

Para exercer ampla fiscalização durante a fluência contratual, a CRM designa como Gestor do Contrato o Sr. _____, responsável pela aprovação de cobranças, “aceite” de Notas Fiscais, acompanhamento da evolução da prestação dos serviços, assim como pelas comunicações à Contratada, sempre que for o caso, a respeito da constatação de incorreções e não conformidades, para a devida reparação.

Cláusula Vigésima Terceira - DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

Cláusula Vigésima Quarta - DO VALOR DO CONTRATO

Para efeitos legais, referenciado a esta data, é dado ao presente contrato o valor de R\$ ____ (_____).

Cláusula Vigésima Quinta - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de _____ (RS) para dirimir eventuais dúvidas incidentes sobre a presente avença, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Vigésima Sexta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1 - As partes firmatárias expressam a absoluta inexistência de vínculo trabalhista e de relação de subordinação entre os obreiros designados pela Contratada e a CRM.
- 26.2 - A Contratada responsabiliza-se integralmente por toda e qualquer demanda trabalhista ou cível que venha a ser interposta judicialmente por qualquer um de seus obreiros disponibilizados em face da presente contratação, não respondendo a CRM por qualquer imputação, seja ela sob a forma da solidariedade ou da subsidiariedade.
- 26.3 - A eventual tolerância da CRM, em qualquer hipótese de inadimplência da Contratada, não importará em novação ou renúncia de direitos, nem impedirá a CRM de exercer contra a Contratada a qualquer tempo, todos os direitos e prerrogativas que através do presente instrumento lhe são assegurados.
- 26.4 - Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, fax ou e-mail, na sede dos contratantes.
- 26.5 - Os casos omissos ou duvidosos serão dirimidos por comum acordo entre as partes.
- 26.6 - A Contratada anui, se aplicável ao objeto, expressamente aos requisitos e disposições do Decreto Estadual nº 52.215/2014, com as alterações promovidas pelo Decreto Estadual nº 52.716/2015, em especial à retenção do pagamento em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

E, por estarem de pleno acordo com estas cláusulas e condições, os contratantes lavram o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, que depois de lido, conferido e achado conforme em todos os seus termos, é assinado na presença das testemunhas abaixo elencadas, para que produza jurídicos e legais efeitos.

Porto Alegre (RS),

Pela CONTRATANTE:

Diretor Presidente

Diretor Administrativo

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome:

Nº CPF/RG:

Assinatura: _____

Nome:

Nº CPF/RG: